

Lideranças do PFL demitem

PAULO

Segunda-feira, 2 de novembro de 1987 — POLÍTICA — A-5

-se contra apoio a governo

Fotos Banco de Dados

Da Sucursal de Brasília

Quatro vice-lideranças do PFL na Câmara dos Deputados e no Congresso constituinte e a liderança do partido no Senado ficarão vagas a partir desta semana. O líder do PFL, Carlos Chiarelli, convocou uma reunião da bancada do Senado na quinta-feira para colocar seu cargo à disposição. Ele não concorda com a posição do partido de manter o apoio ao governo Sarney. Amanhã, os vice-líderes Alcení Guerra (PR), Sandra Cavalcanti (RJ), José Thomaz Nonô (AL) e Mário Assad (MG), entregam seu pedido de demissão ao líder do partido na Câmara, e na Constituinte, deputado federal José Lourenço (BA), que tentou substituí-los na Comissão de Sistematização por serem parlamentaristas. A noite, o deputado Lúcio Alcântara reúne o grupo "moderno" do PFL para elaborar um documento onde também crítica o partido por apoiar Sarney. Estas três frentes convergem para a formação do bloco denominado por Chiarelli como a "esquerda liberal".

"Ele é muito inexpressivo para me levar a fazer um gesto desta natureza", afirmou o senador Chiarelli, negando que vá colocar o cargo à disposição, também em consequência da articulação orquestrada na última sexta-feira por José Lourenço. "Desleal, inconsequente e autoritário", como foi classificado por Chiarelli, Lourenço fez uma lista de dez nomes (todos parlamentaristas) e entregou à presidência da Comissão de Sistematização pedindo-lhes a substituição, na última última sexta, na votação do Sistema de Governo. Presidencialista, ele não queria que o partido engrossasse a tendência parlamentarista, afinal, vitoriosa. "A maioria da bancada (8 a 7) é favorável à manutenção do apoio e eu prefiro deixá-la livre para, se quiser, colocar outro que estimule esta posição", disse Chiarelli.

Os vices-líderes do PFL também se manifestarão contra o apoio do partido ao governo, no encontro com Lourenço. Esta questão não constará, porém, do documento que será entre-

gue junto com o pedido de demissão. No documento, em síntese, os parlamentares dizem que, se o líder não tem confiança o bastante em seus vices-líderes, deve receber os cargos de volta. "Os cargos são de confiança. Com este ato (a tentativa de deposição dos parlamentaristas do PFL na Comissão de Sistematização), ficou explícito que ele não confia em nós", declarou o deputado Alcení Guerra.

Guerra foi o primeiro a manifestar-se pela demissão na tarde de sábado, tese para qual acabaram aderindo Calvancanti, Assad e Nonô. Depois de os quatro terem chegado a um consenso, Guerra comunicou a decisão a José Lourenço, que descansava na Bahia. O diálogo foi curto e o líder reagiu friamente: "Do mesmo jeito que você, temos o direito de fazer isto (pedir a demissão). Nós nos sentimos muito mal. Você mostrou que não confia em nós", disse Alcení. Lourenço respondeu: "Vocês não deveriam fazer isto agora, vão tumultuar a bancada. Na terça nós conversamos".

No dia escolhido por Lourenço, os vice-líderes vão lhe entregar o documento, que até ontem ainda era apenas rascunho e aguardava a volta (e a aprovação) de Nonô e Assad a Brasília. Sandra chegou a cogitar que se fizesse um documento mais abrangente, incluindo uma crítica ao apoio ao governo. Prevaleceu a posição de Alcení por um "ofício objetivo e seco" que vai representar uma posição "irreversível", segundo ele.

"O documento é um meio de agregar os descontentes que optaram pelo afastamento do governo", disse Lúcio Alcântara, que coordena a elaboração do documento. Segundo seus cálculos, a "esquerda liberal" terá de "vinte a trinta parlamentares do partido". O parlamentar citou alguns signatários potenciais do documento: Alcení Guerra, Thomaz Nonô, Saulo Queiroz (MS), Jayme Santana (MA), Jofran Frejat, Maria Abadia e Waldir Bezerra (DF), Guilherme Palmeira (AL), Agripino Maia (RN), José Jorge (PE) e Chiarelli.

Chiarelli lidera a 'esquerda liberal' do partido

Da Sucursal de Brasília

Meio a contragosto, o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) assume a denominação e a liderança do mais novo bloco do Congresso constituinte, a "esquerda liberal". Segundo ele, "quando aparece alguém mais progressista dentro do partido acaba sendo chamado de comunista, e este é o meu caso, é por isso que estou sendo enquadrado como líder da 'esquerda liberal'". Para Chiarelli, a própria denominação do grupo é uma "incoerência ideológica", já que, acrescenta, "não tenho idéias de esquerda".

Tanto Chiarelli como outros líderes do novo bloco pefelista preferem a denominação de "progressistas",

adeptos do que chamam de "liberalismo moderno". Chiarelli chega a dividir seu partido em duas correntes, a "progressista", que defende "as reformas", segundo ele, e a "conservadora", que pretende "manter o 'status quo'".

Na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, a divisão entre os pefelistas é nítida. O partido não tem um comando único, e boa parte de sua representação de 24 parlamentares na comissão tem abraçado as teses defendidas pelos "progressistas" do PMDB e pelos partidos de esquerda. Enfrentando a direção partidária, onze pefelistas votaram pelo parlamentarismo, na última sexta-feira.

Gasparian quer diretas em todos os níveis com presidencialismo

BORIS CASOY

Analista político da Folha

Eleições diretas em todos os níveis, em 1988, depois de promulgada a nova Constituição. É o que quer o deputado federal paulista Fernando Gasparian, do PMDB, membro da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte.

Gasparian acha que o melhor sistema de governo para o país é o presidencialista, com um mandato de 4 ou 5 anos para o próximo presidente.

Ele justifica sua tendência presidencialista pelo fato de não ter discutido o tema durante sua campanha eleitoral e por temer que a população veja a mudança do sistema de governo como uma medida de cúpula ou um ato dos políticos visando "tirar a força popular de eleger um presidente que pudesse representar suas aspirações e seus anseios".

Gasparian reconhece a fragilidade do sistema partidário brasileiro e acha que para reforçá-lo seria necessária a implantação da fidelidade partidária. Diz que o PMDB criticou a fidelidade quando só havia dois partidos, "mas agora ela é uma necessidade". Acrescenta a isso outro ingrediente: o de os partidos terem a liberdade de regular suas próprias vidas, garantindo a democracia interna.

Ao se referir às eleições municipais do ano que vem, Gasparian reconhece as dificuldades do PMDB, "porque essa transição está desgastando muito o partido". Ele acha que o secretário de Obras do governo paulista, João Oswaldo Leiva, é um bom candidato, "mas se as pesquisas mostrarem que ele não tem popularidade", sugere a candidatura do ex-governador Franco Montoro, tendo Leiva como vice em sua chapa. Ele acha que assim "poderíamos ganhar essa eleição", pois acredita na popularidade do ex-governador. Para o deputado, a decepção popular com o PMDB decorre principalmente do fato de as medidas econômicas do governo não corresponderem ao programa do partido. "Por isso — acrescenta — o partido está querendo terminar logo a transição, para se mostrar e lutar pelo seu programa."

Sistematização

Fernando Gasparian se diz preocupado com algumas decisões da Comissão de Sistematização. "Corremos o risco de ficarmos com as desvantagens do capitalismo e as

desvantagens do socialismo", diz ele, enfático. Cita como exemplo a questão da estabilidade no emprego, que segundo ele, é prejudicial para empresários e trabalhadores. Outro exemplo é a exigência de diploma para o exercício de profissões ligadas ao pensamento, decisão da Comissão de Sistematização à qual Gasparian atribui "caráter cartorial".

O deputado acha que o Congresso constituinte deveria buscar o caminho de um capitalismo eficiente, "para, realmente, resolver os problemas do povo brasileiro". E acrescenta: "Um regime capitalista que não fosse selvagem, como o foi nos vinte anos de ditadura, e que fosse eficiente, muito mais do que hoje." Ele atribui aos vinte anos de autoritarismo um enorme grau de estatização da economia brasileira, bem como o aumento do grau de ineficiência dessa economia, "não porque as empresas estatais sejam ineficientes, mas porque muitas dessas estatizações foram feitas para atender os amigos do rei."

Segundo Gasparian, o governo acabou assumindo o controle de diversas empresas como forma de evitar o insucesso econômico de diversas pessoas ligadas ao sistema político.

Dentre essas "socializações de prejuízos", ele se refere à injeção de mais de US\$ 30 milhões no Banco União Comercial, "que sob a direção do sr. Roberto Campos iria ser liquidado e que foi absorvido pelo Banco Itaú; o Banco Central entrando com dinheiro do contribuinte."

Para Fernando Gasparian, o capitalismo desejável para o Brasil seria "um capitalismo social, com avanços para o trabalhador e que mantivesse a livre concorrência, a liberdade de mercado". Qualquer restrição a esse livre funcionamento, segundo o parlamentar, é negativa. Para ele, o excesso de regulamentação é prejudicial. Nesse excesso ele inclui a estabilidade no emprego, "que não deu certo em parte alguma do mundo, exceto no Japão, que é um caso especial."

No lugar da estabilidade, ele propõe a adoção de um sistema que limite percentualmente a possibilidade de demissão por parte das empresas, "dando uma estabilidade ao emprego, mas não protegendo o mau empregado". Se ficar como está no texto aprovado, boa parcela dos trabalhadores vai acabar adotando o comportamento de funcionário público, diz Gasparian.